



Anais da Assembleia

Nºs 96/97/98/99

CURITIBA, 29 DE AGOSTO/ 19, 02 e 03 DE SETEMBRO DE 1975

ANO I

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 142ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 1975
(Sexta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Werner Wanderer.

As dez horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accio-ly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Aragão de Mattos Leão, David Federmann, Deni Schwartz, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Francisco Scorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes, Antonio Facci e Dácio Leonel (41); achando-se ausentes os Senhores Deputados: Gabriel Sampaio, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Ernesto Dal'Oglio, Fabiano Braga Cortes, Gilberto Carvalho, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, Lázaro Dumont, Trajano Bastos e Luiz Alberto Oliveira (13).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei nº 71/75.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o plenário, seja ensinado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar, pelo falecimento nesta capital do Sr. Ernesto Colnaghi, ex-prefeito municipal de Mariópolis e figura de realce na vida industrial paranaense.

Requeiro, outrossim, que do terror do presente seja dado ciência à família enlutada, na pessoa do Sr. Lidovino Colnaghi, rua Domingos Greca, 220, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja encaminhado ao Exmo. Senhor Secretário de Saúde e do Bem Estar Social, Doutor Arnaldo Faivro Busato, apelo no sentido de ser iniciado

com urgência, a construção do prédio do Centro de Saúde, no 12º Distrito Sanitário, com sede na cidade de Umuarama.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1975.

a) JOÃO CIONI NETO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, após ouvido o plenário, requer seja oficiado aos Exmos. Srs. Governador do Estado, Secretário do Interior e Diretor da TELEPAR, para que instale com a máxima urgência um posto da TELEPAR, no Distrito de Maripá, município de Palotina.

O Distrito de Maripá, pela sua pujança de seu desenvolvimento agrícola, industrial, torna-se carente deste atendimento com a máxima urgência.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, e tendo em vista as denúncias formuladas perante a Casa sobre violências que vem ocorrendo no município de Laranjeiras do Sul, requer a V. Exas., a constituição de Comissão Especial, composta de três Membros da Casa, para apurar os fatos, nos quais consta que estão envolvidos o Juiz de Direito da Comarca, Delegado de Polícia e outros.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o plenário, seja autorizada a retirada e arquivamento do Projeto de Lei nº 31/75, de sua autoria.

Requer, outrossim, que a matéria contida no referido projeto seja transformada em sugestão ao Exmo. Sr. Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1975.

a) LUIZ CARLOS ZUK

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra para falar no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Deni Schwartz, primeiro orador inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Paraná complexado, Paraná sem café, Paraná, segundo o Sr. Luiz Fayet, sem indústrias, Paraná sem usinas, Paraná sem universidades federais, Paraná sem estradas, o Paraná não é Brasil. Dentro deste complexo o Paraná, também, está sem o polo petroquímico.

NO jornal "O Estado de São Paulo" de ontem, para demérito da comissão constituída para esta Casa sobre o polo petroquímico, nem sequer uma palavra se falou do Paraná. As reivindicações de São Paulo, Bahia e Rio Grande do Sul foram transcritas. O Paraná não existe.

Por isto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná não é Brasil. E não sendo Brasil proponho à Casa, à liderança do Governo que faça chegar ao Sr. Ministro Ney Braga, ao Sr. Maurício Schulmann e a todos aqueles paranaenses que são paranaenses, se o forem, a sugestão para renunciarem seus cargos em nome do Paraná.

Repito e chamo a atenção da liderança do Governo que peça a renúncia do Sr. Ministro Ney Braga, se ele é realmente paranaense; que peça a renúncia do Sr. Maurício Schulmann, se que é paranaense; que peça a renúncia do Sr. Carlos Riechbiter, se é que é paranaense, porque este Paraná não é Brasil. E não sendo Brasil não pode compactuar com o esquecimento a que está relegado este Estado.

Paraná complexado, Paraná sem café, Paraná sem indústrias, Paraná, sem usinas, Paraná sem estradas, Paraná sem petroquímica, Paraná sem universidades federais, Paraná que não deve contribuir também, com os seus homens para Governos que fazem questão que o Paraná não exista.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, segundo orador inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho a esta tribuna, primeiro, para congratular-me com o pronunciamento do meu nobre companheiro de bancada, Deputado Deni Schwartz.

Em seguida, parece-me que na edição de leis, decretos e regulamentos, feitos, quem sabe, ao afogo de determinadas injunções, houve a pretensão de alguns que, em igualdade de condições, haveriam de receber, também, os benefícios desses decretos e dessas leis.

Quero ler a nossa proposição, em forma de sugestão, à S. Exa. o Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Recursos Humanos e que está vasada nos seguintes termos: (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer, após ouvido o douto plenário, sejam encaminhados ofícios ao Excelentíssimo Senhor Doutor JAYME CANET JUNIOR, Digníssimo Governador do Estado e ao Senhor Doutor GASTÃO DE ABREU PIRES, digníssimo Secretário de Estado dos Recursos Humanos, solicitando que o Poder Executivo tome as providências necessárias para sanar omissão verificada quanto à inclusão dos funcionários do Egrégio Tribunal de Alçada, no que diz respeito à gratificação instituída pela Lei nº 6.569, de 25 de junho de 1974, e concedida parcialmente a servidores do Poder Judiciário, através da Lei nº 5693, de 15 de agosto de 1974, e outras posteriores que versaram sobre a mesma matéria.

Para tanto, sugerimos seja adotado por Sua Excelência, no que couber, o esboço do ante-projeto abaixo transcrito.

Art. 1º — O artigo 1º da Lei nº 5693, de 15 de agosto de 1974, fica acrescido de inciso IV, com a seguinte redação:

IV — TRIBUNAL DE ALÇADA:

Carreira de Contador, no valor mensal de Cr\$ 1.100,00 (Hum mil e cem cruzeiros); carreira de Assistente de Técnico Administrativo, no valor mensal de Cr\$ 1.000,00 (hum mil cruzeiros).

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta das verbas próprias do Orçamento vigente.

Art. 3º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1975.

JUSTIFICATIVA:

Os cargos de Contador e de Assistente Técnico Administrativo, da parte permanente do Quadro de Funcionários do Egrégio

gio Tribunal de Alçada, conforme está expresso no artigo 2º da Lei nº 5691/74, são privativos, respectivamente, de bacheiros em Administração Pública e Ciências Contábeis.

Por um lapso, desde que o referido Quadro não possui qualquer vínculo com o da Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, aquela parte da Administração do Poder Judiciário não foi contemplada com a gratificação instituída pela Lei nº 6569, de 25 de junho de 1974, cujos benefícios foram atribuídos, inicialmente, a funcionários estaduais pertencentes ao Poder Executivo e, posteriormente, através de novos editos que a completaram, entre os quais a Lei nº 5693, de 15 de agosto de 1974, por uma questão de justiça e equidade, estendida aos servidores dos Três Poderes.

» Desta forma, é justo que se corrija a omissão, atribuindo-se ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada idêntico benefício.

Devemos levar em consideração, ainda que, em se tratando de órgão do Poder Judiciário, recentemente criado, seu Quadro de Pessoal é pequeno, sendo que, atualmente, apenas dois funcionários estariam em condições de perceber tal gratificação, conforme se depreende da fixação de cargos determinadas pela Lei número 5691, de 15 de agosto de 1974.

Assim sendo, a despesa para execução da Lei pretendida será mínima, e sua concretização se constituirá em um ato digno do elevado espírito de Justiça que sempre tem caracterizado os homens que permanecem à frente do Poder Executivo do nosso Estado.”

Por outro lado, encaminho à Mesa, um requerimento pedindo que se consigne um voto de congratulações e louvor ao jornal “Gazeta do Povo e à Rádio Independência do Paraná, — pelos serviços de cobertura, excepcionais, que têm dado aos trabalhos desta Casa. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas legais, respeitosamente requer a V. Exa. se digne, após ouvido o plenário, consignar em ata, votos de congratulações ao jornal “Gazeta do Povo” com sede nesta Capital, que desde a última quarta-feira, dia 27, passou a publicar coluna especial divulgando os trabalhos desta Casa de Leis.

Da mesma forma, requer sejam consignados votos de louvor à Rádio Independência do Paraná Ltda., também desta Capital que, com o objetivo de manter o povo informado sobre os atos de seus representantes, passará a transmitir, a partir da próxima segunda-feira, diretamente deste plenário, as sessões legislativas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1975.”

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, terceiro orador inscrito.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejo-me obrigado a desviar o assunto para o qual me inscrevi na sessão de hoje: o estranho pronunciamento do meu companheiro e colega de profissão, engenheiro e Deputado Deni Schwartz.

Surpreso pelo seu pronunciamento, aproveito a minha inscrição, que não era destinada a esta finalidade para dizer que palavras — como estas só poderiam ser ditas por um homem que não fosse paranaense. Palavras como as de Deni Schwartz, dizendo que este Estado não tem estrada, que este Estado não tem governo, que este Estado não tem universidade, ditas por um homem que cursou a Universidade Federal do Paraná ao meu lado, que cursou o maior centro politécnico da engenharia da América Latina, vem dizer da tribuna que o Paraná não tem universidade.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria apenas dizer da surpresa de que um homem que eu considero dos mais esclarecidos que devesse ter esta Casa e que tem condições, porque eu as

conheço, porque não só é engenheiro brilhante como também fora um estudante dos mais dedicados na escola de Engenharia no Centro Politécnico de Engenharia do Paraná, devesse encontrar matéria de maior interesse da comunidade paranaense e dizer a verdade para que nós não perdêssemos nosso precioso tempo e termos para contestar, eu o faria mais objetivamente, não com o interesse de defender um governo, não é essa minha missão nesta Casa, mas o interesse de defender a verdade paranaense. Vou trazer ao nobre Deputado Deni Schwartz o que foi feito de estradas e o plano rodoviário deste Governo, a curto prazo. Não vamos trazer promessas que poderiam ser interpretadas como demagogia a longo prazo, vou trazer o que foi feito por este Governo em estradas e vou dizer quantas universidades tem o Paraná, quantas faculdades foram criadas para o Paraná, para que possamos dimensionar o nosso trabalho nesta tribuna, para que possamos encontrar o desideratum comum para o qual fomos trazidos para esta Casa de Leis, o qual seja, defender o bem estar desta comunidade e não deflagrarmos lutas, degladiarmos aqui, tribuno contra tribuno apenas para justificar nossa presença como parlamentares capazes de oratória, não é esta a nossa missão, não foi para isto que vim para cá e creio que nem o Deputado nobre Deni Schwartz a quem dedico particular amizade. Espero trazer para o esclarecimento e quero ter o testemunho que estava o Deputado Deni Schwartz mal informado e não mal intencionado. Então, quero contestar as inverdades que foram ditas pelo meu particular amigo Deni Schwartz e trarei para a próxima sessão, ou talvez daqui a mais duas sessões. Vou me inscrever no Grande Expediente desta Casa para dizer quantas inverdades foram ditas em tão curto prazo, pelo nobre Deputado Deni Schwartz.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Às vezes sentimos que é melhor calar que falar. Mas a função do parlamentar é expressar através da tribuna do povo o seu sentimento através das palavras.

Tenho a impressão que o meu Paraná está doente, doente há mais de dez anos porque a cada ano que passa sentimos que o Paraná, se encontra cada vez mais abandonado.

Os últimos noticiários da imprensa de grande circulação deste País, parece-me que destaca a marginalização do Paraná, a estrutura do governo desta grande Nação brasileira.

Perdemos do governo centralista de toda a economia deste País, recentemente, a proteção econômica para o valente plantador da maior riqueza deste Estado, o café; perdemos recentemente o polo petroquímico, uma das últimas esperanças do Paraná; perdemos na decorrência destes anos na construção de estradas pavimentadas, o nosso índice foi dos mais baixos em relação a vários outros estados desta Nação; Perdemos o campo da cultura que diminui a sua posição em termos de qualidade; e aumenta o preço, exorbita o preço interno do produto.

É um Paraná abandonado. Bem disse há poucos momentos desta tribuna, o Deputado Deni Schwartz, porque os Srs. participantes da estrutura do Governo federal com representação no Paraná, não renunciam os seus cargos, não entregam ao Presidente da República a renúncia dos seus cargos. Uma manifestação de desapropriação a tanto mal que vêm fazendo ao Estado do Paraná.

E nós não sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até quando teremos que marchar por este retrocesso perigosíssimo, por esse retrocesso de ordem econômica que violenta de forma espantosa este Estado grandioso.

Ainda, graças a Deus, que contamos com a grande esperança do esperançado brasileiro, que mora no Paraná: mesmo sem o apoio do Governo ele vai voltar à terra; vai lançar a semente; vai povoar e repovoar as terras férteis deste Paraná, com o sacrifício e com o suor do seu rosto, com o café, com a grande riqueza deste Estado.

Se nós não acreditamos na política do Governo, acreditamos na grandiosidade e na coragem do lavrador deste grande Estado.

Quero pedir a V. Exa. Sr. Presidente, que fala constar do Anal da Casa, as minhas palavras como palavras de todos os paranaenses que estão estremecidos diante a tantos acontecimentos, e escreve uma página negra de marginalização do meu querido Estado. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

A Mesa tem o prazer de anunciar a presença em plenário do Sr. Prefeito de Itaúna do Sul, Sr. Edison Moreira Guimarães.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 126/74, que declara de Utilidade Pública o Conselho de Representantes dos Professores do Paraná (CRPP), com sede na cidade de Ponta Grossa.— Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 127/74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o CONSELHO DE REPRESENTAÇÕES DOS PROFESSORES DO PARANÁ — CRPP, com sede na cidade de Ponta Grossa.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 147/74, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, em Santa Cruz, município de Catanduvas. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 127/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, a criar e instalar cursos de 1º e 2º Grau, na localidade de Santa Cruz, Município de Catanduvas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1975.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente

a) LINEU TURRA — Relator.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Colnaghi, ex-Prefeito Municipal de Mariópolis.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei nº 71/75 — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente, solicitando a retirada e arquivamento do Projeto de Lei Nº 31/75, de sua autoria.

A Mesa comunica que a sugestão deve ser feita pelo próprio Deputado. Com a retirada e arquivamento do projeto, deixa de existir a matéria para a Assembléia.

Em votação o requerimento pelo arquivamento.—Aprovado

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado e Secretário de Recursos Humanos, sugerindo-lhes seja estendido aos funcionários do Quadro de Pessoal do Tribunal de Alçada, a gratificação instituída pela Lei nº 6.569.—APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações ao jornal "Gazeta do Povo", que desde o dia 27, passou a publicar coluna especial divulgando os trabalhos desta Casa de Leis.—APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Cioni Neto, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde e Bem Estar Social, no sentido de ser iniciada, a construção do prédio do Centro de Saúde no 12º Distrito Sanitário, com sede em Umuarama.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja constituída uma Comissão Especial, composta por três membros desta Casa, para apurar as violências denunciadas em Laranjeiras do Sul, fatos nos quais constam que estão envolvidos o Juiz de Direito da Comarca, Delegado de Polícia e outros.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretaria do Interior e Diretor da TELEPAR, no Distrito de Maripá, município de Palotina.— APROVADO.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã segunda-feira, dia 1º de setembro, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA,

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/74.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 46/71.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 35/75.

Levanta-se a sessão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

8ª LEGISLATURA — 2ª SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de agosto, do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, após a Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Finanças, sob a Presidência do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo da Silva e contando com as presenças dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho, Lúcio Machado, Aragão de Mattos Leão e Luiz Carlos Zuk. Havendo número legal o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se a Ordem do Dia, quando foram relatados os seguintes projetos: PROJETO DE LEI Nº 230/75 - de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, que dispõe sobre a anistia das multas à Fazenda Estadual. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer no sentido de que seja ouvido a Secretaria de Finanças para pronunciamento da matéria. PROJETO DE LEI N. 105/74 de autoria do Sr. Deputado Aryzone Mendes de Araujo, que autoriza o Poder Executivo

construir uma ponte de concreto sobre o Rio Jordão, na estrada que liga o Município de Pinhão com a localidade de Santa Clara. Relator Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer favorável-aprovado. PROJETO DE LEI N. 22/75 - de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Grupo Escolar "Batista Vieira", construído em convênio entre a Fundepar e a Prefeitura Municipal de Piraquara na localidade de "Jardim Primavera". Relator Sr. Deputado Aragão de Mattos Leão, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 31/75 - de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, que dispõe sobre a cobrança de taxas estaduais. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer contrário-aprovado. PROJETO DE LEI N. 51/75 - de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, que inclui no Plano Rodoviário Estadual, a retificação e pavimentação asfáltica da estrada de São Mateus do Sul - São João do Triunfo-Palmeira. Relator Sr. Deputado Lúcio Machado, parecer contrário-aprovado, com sugestão ao Poder Executivo. PROJETO DE LEI N. 58/75 - de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo anistiar multas impostas aos devedores da Fazenda Pública, desde que liquidem no prazo de 90 (noventa) dias, os seus débitos para com o Estado e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer no sentido de anexar o referido projeto ao de n. 230/73, por tratar-se de matéria que versa sobre o mesmo assunto. PROJETO DE LEI N. 70/75 - de autoria do Poder Executivo - Mensagem n. 23/75, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre o valor da pensão mensal estipulada para as viúvas de ex-presidentes, ex-interventores e ex-governadores do Estado do Paraná, fixado na Lei N. 6468, de 18 de outubro de 1973, e dá outras providências. Relator Sr. Deputado Gilberto Carvalho, parecer favorável-aprovado. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião e para constar eu Terezinha B. Moura e Claro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Secretária, para que produza os efeitos legais.....

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) Terezinha B. de Moura e Claro — Secretária

COMISSÃO ESPECIAL DE IMPLANTAÇÃO DO POLO PETROQUÍMICO

ATA DA 4ª REUNIÃO

Aos treze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala de Reunião das Comissões, às dezesseis e trinta horas, reuniram-se os Srs. Deputados Quielse Crisóstomo da Silva, Presidente e contanto com as presenças dos Srs. Deputados Aragão de Mattos Leão, Maurício Fruet, Jorge Sato e Lineu Turra. Havendo número Legal, o Sr. Presidente declarou aberto os trabalhos com o fim específico de transmitir aos demais membros telex recebido do Sr. Secretário Geral do MME, com o seguinte teor: "Deputado Quielse Crisóstomo da Silva - Assembléia Legislativa do Estado do Paraná - Curitiba - Pr. Referencia telex enviado ao Exmo. Sr. Presidente da República, informamos e pedimos transmitir demais signatários que assunto Polos Petroquímicos para atender as necessidades nacionais encontra-se atualmente em fase de estudos por comissão constituída pelos Secretário Geral dos Ministérios Minas e Energia, Indústria e Comércio, Fazenda e Planejamento. Tão logo estudos estejam concluídos, comunicaremos V. Exa. Cordiais Saudações. Arnaldo Rodrigues Barbalho, Secretário Geral do MME. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, e para constar lavrei a presente Ata que depois de lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Membros e por mim Secretário.....

a) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente

a) Loris Cordeiro de Barros — Secretário

aa) ARAGÃO DE MATTOS LEÃO, LINEU TURRA, MAURICIO FRUET, JORGE SATO.

COMISSÃO DE REDAÇÃO
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 121/74 — de autoria do deputado Domicio Scaramella, que autoriza o Poder Executivo asfaltar a estrada que liga o município de Palmeira a Ponta Grossa. PROJETO DE LEI Nº 07/75 — de autoria do deputado Lineu Turra, que integra em caráter prioritário no Plano Rodoviário Estadual, os serviços de retificação e pavimentação da estrada que liga as cidades de Palmeira a Ponta Grossa. PROJETO DE LEI Nº 39/75 — de autoria do Deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Medianeira PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 49/75 — de autoria da Comissão Executiva, que dá nova redação ao item b, número 1, do parágrafo 2º do art. 3º, da Resolução nº 37/75. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar eu lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Sr. Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

aa) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
 Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de agosto de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Francisco Escorsin apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 51/74, de autoria do deputado Antonio Belinati, que declara de utilidade pública a Sociedade São Vicente de Paulo, da cidade de Londrina. PROJETO DE LEI Nº 178/74, de autoria do deputado Iris Cالدart, que declara de utilidade pública o Centro Social Beneficente da Paróquia de São Cristóvão, da cidade de Cascavel. PROJETO DE LEI Nº 40/75, de autoria do deputado Egon Pudell, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos de Excepcionais — APAE, da cidade de Medianeira. PROJETO DE LEI Nº 56/75, de autoria do deputado Antonio Facci, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Maringá. PROJETO DE LEI Nº 70/75, de autoria do Poder Executivo — Mensagem nº 23/75, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre o valor da pensão mensal estipulada às viúvas de ex-Presidentes, ex-Interventores e ex-Governadores do Estado do Paraná, fixado pela Lei nº 6468, de 18 de outubro de 1973, e dá outras providências. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça — ex-Proposição nº 159/74, que aprova o Convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Ministério da Saúde, visando a realização de pesquisa operacional sobre modelos de atendimento ao Grupo Materno-Infantil a ser realizado em Curitiba. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/75, de autoria da Comissão de

Constituição e Justiça — ex-Proposição nº 67/75, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município de Nova Aliança do Ivaí, visando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, aplicando verbas que especifica. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão para que produza os efeitos legais.

a) BASÍLIO ZANUSSO — Presidente
 a) Lélío G. Sotto-Maior — secretário

COMISSÃO DE REDAÇÃO
8ª LEGISLATURA — 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e cinco, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a Presidência do Deputado BASÍLIO ZANUSSO. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, ocasião em que o deputado Lineu Mansani Turra apresentou redação final aos seguintes processos: PROJETO DE LEI Nº 127/74, de autoria do deputado Jorge Sato, que declara de utilidade pública o Conselho dos Representantes de Professores do Paraná, com sede em Ponta Grossa. PROJETO DE LEI Nº 147/74, de autoria do deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo através da Secretaria de Educação e Cultura, criar e instalar cursos de 1º e 2º graus, em Santa Cruz, Município de Catanduvas. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) BAZÍLIO ZANUSSO — Presidente
 a) Lélío G. Sotto-Maior — Secretário

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 143ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 1º DE SETEMBRO DE 1975
(Segunda-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Senhores Deputados Lúcio Machado e Rosário Pitelli.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Maurício Fruet, Gabriel Sampaio, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Aragão de Mattos Leão, Dácio Leonel, Egon Pudell, Ernesto Gnoato, Fabiano Braga Cortes, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lúcio Machado, Nelson Buffara, Rosário Pitelli, Valter Pietrângelo (19); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, David Federmann, Deni Schwartz, Domicio Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (35).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente a ser lido.

O SR. IVO THOMAZONI — Pela ordem. Sr. Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados, para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal 15 Srs. Deputados. Não havendo número para o prosseguimento da sessão, declaro-a encerrada, marcando outra para amanhã, dia 2, terça-feira, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje.

Fica marcada ainda, uma sessão extraordinária, para amanhã, dia 2, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 109/74.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 144ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1975
(Terça-Feira)**

Presidência do Senhor Deputado Paulo Camargo, Secretariada pelos Srs. Deputados Leopoldo Jacomel e Luiz Carlos Zuk.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto de Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Vlater Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Domício Scaramella, Ivan Rüppel, Otássio Pereira e Trajano Bastos (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

destinada a apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há expediente para ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 109/75, veto aposto ao Projeto de Lei nº 63/74, de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, que autoriza o Poder Executivo a integrar na rede de ensino, os Colégios Vidigal e São Lourenço, do município de Cianorte, pertencentes à Campanha Nacional de Escolas da Comunidade. Parecer da C.C.J., pela manutenção do Veto. — En-

cerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para o dia 9 do corrente, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição nº 110/75.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 145ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 2 DE SETEMBRO DE 1975
(Terça-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglío, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezzi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Vlater Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, e Wilson Fortes (50); achando-se ausentes os Srs. Deputados Domício Scaramella, Ivan Rüppel, Otássio Pereira e Trajano Bastos (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni e Muggiati Filho, respectivamente líderes da ARENA e MDB, no seguinte teor: (Lê): "Senhor Presidente.

As Bancadas da ARENA e MDB com assento nesta Casa, por seus líderes infra-assinados, tendo em vista a importância de que se reveste a reunião da Comissão de Agricultura, marcada para as 14,00 horas desta data, a fim de serem tratados dos problemas de economia cafeeira do Paraná, pedem a V. Exa. que, com a aprovação do Plenário a sessão ordinária de hoje seja convertida naquela, afim de que todos os senhores deputados possam participar da mesma.

Sala das Sessões, em 2 de setembro de 1975.

a) IVO THOMAZONI — Líder da ARENA

a) MUGGIATI FILHO — Líder do MDB".

Em votação. — Aprovado.

A Mesa comunica aos Srs. Deputados, que de acordo com a Resolução nº 23/69, a Presidência marca uma sessão especial para comemorar a Semana da Pátria, para o dia de amanhã, dia 3, às 14,30, designando como orador oficial desta Assembléia, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente

sessão, marcando outra para o dia 9, terça-feira, com a mesma Ordem do Dia da sessão de hoje.

Levanta-se a Sessão.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA SESSÃO ESPECIAL DESTINADA À COMEMORAÇÃO
DA SEMANA DA PÁTRIA
REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1975
(Quarta-Feira)**

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Aguinaldo Pereira Lima e Lúcio Machado.

À Hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO ESPECIAL.

O SR. PRESIDENTE – Declaro aberta a presente Sessão Especial, em comemoração à Semana da Pátria.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, que prestará uma homenagem à data magna da nacionalidade.

O SR. EZEQUIAS LOSSO – Exmo. Sr. Deputado Paulo Camargo, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Aguinaldo Pereira Lima, 1º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, da 2ª Secretaria da Assembléia Legislativa do Paraná; Srs. Deputados; minhas Senhoras, meus Senhores.

“O renomado historiador ROCHA POMBO, em sua célebre obra “História do Brasil”, assinala: “seriam quatro e meia horas da tarde do belíssimo sábado, sete de setembro, quando a meia légua do Ipiranga, Bregaro e Cordeiro se encontraram com o Príncipe, a quem entregaram correspondência. Montava S.A.Real um cavalo zaino e vestia pequeno uniforme-farda azul, botas de verniz, justas e altas, chapéu armado com o tope azul e branco”.

Lê o príncipe ali mesmo os despachos (além de outros papéis, cartas da princesa e de José Bonifácio). Sente-se que ele experimenta súbita e estranha emoção. Depois, calmamente, como quem medita em angústia, entrega as cartas ao seu ajudante de ordens, Major Canto e Melo e diz à meia voz, como se quisesse reprimir a forte agitação: Tanto sacrifício feito por mim, e pelo Brasil inteiro... e não cessam de cavar a nossa ruína...

“E num largo movimento de alma: É preciso acabar com isto...” Arranca da espada e grita: “Independência ou morte! – Como se gritasse ali para o Brasil inteiro”.

Se a independência do Brasil há de ser cada dia mais realidade é motivo para nos orgulharmos da história da nossa Pátria, nos proporemos a construir um Brasil maior, não só independente politicamente mas, sobretudo, livre de todas e quaisquer influências filosóficas, políticas, econômicas e ideológicas.

O primeiro passo foi dado no dia de 7 de setembro de

1822, nas margens do Ipiranga. E, desde aquele momento, quando nos nossos pés sentiram que podiam caminhar por eles mesmos vimos a vitória dos ideais de uma geração sofrida e corajosa, e realística para o momento grave de seus dias.

Os homens que fizeram a independência do Brasil, responderam a uma vocação cívica sem precedentes, não importando os riscos, mas caminhando em buscas do desejado e, desde então, estamos passando por um processo lento, necessário e quase concluído de independência total e absoluta, servindo de exemplo a esta afirmativa, o comportamento equilibrado e austério do Ministro das Relações Exteriores do Brasil. Nesta semana, falando na sessão extraordinária, sobre matérias primas e desenvolvimento, da Assembléia Geral da ONU, a palavra do Chanceler Azeredo da Silveira não se fez em termos de dependência. Antes, a independência do Brasil foi claramente mostrada, ombreando-se o nosso representante com todos os doze mais países que se encontram em estágio de desenvolvimento avançado.

Assim, Sr. Presidente, aquele primeiro passo dado por Dom Pedro I, nas terras de São Paulo, hoje faz o Brasil ecoar seu grito de independência nos salões do mundo político e das esferas econômica e social.

E, o valor histórico daquele acontecimento de cento e cinquenta e três anos, passados, agora, mais que nunca, precisa ser sentido e apropriado pelo Brasil inteiro, pois, ainda não completamos a nossa independência. Esta, somente será atingida, de fato, quando ao lado das grandes potências, formos potentes como elas.

Nesta Semana da Pátria, quando todo o calor cívico é em nós despertado; bandeiras ao vento e nas mãos do povo – soldados, estudantes e organizações classistas – nas ruas, ao som vibrante dos hinos pátrios; quando somos chamados a responder presentes aos apelos maiores da Nação, vale a pena, recordando o passado histórico, viver o presente, pois a história do Brasil que estamos a fazer hoje, nada mais é do que a continuidade do grito do Ipiranga.

E, em 1964, depois que outro grito de independência foi dado, marcou-se, também, um momento sério de nossa vida política, pois o País, naqueles dias, foi arrancado das mãos de quantos não se importavam em conduzi-lo ao caos.

Assim, Sr. Presidente, 1822, está para os patriotas e nacionalistas da época, tanto como 1964 está para os patriotas e nacionalistas de nosso tempo.

E, como então houve saudosistas, atualmente estes também se fazem presentes.

Lembro a esta Casa a independência do Brasil, de direito proclamada por Dom Pedro I a 7 de setembro de 1822. Mas, de fato, naquele dia, começava a sua independência que todos nós, brasileiros desta geração, temos a responsabilidade de completar.

As forças vivas da Nação, representadas nos três Poderes republicanos têm procurado com o relevante papel que lhes é reservado neste processo.

O arrojado II Plano de Desenvolvimento Nacional, ora em fase de aplicação sob a liderança do dinâmico Presidente Ernesto Geisel, sintetiza o espírito patriótico de progresso, popularmente desejado. A busca, com prioridade, de uma tecnologia nacional voltada especialmente para a educação, pesquisa e aumento da produtividade é notavelmente ressaltada.

A descoberta de jazidas de petróleo em nosso mar territorial, o acordo internacional para o fornecimento de tecnologia e equipamentos nucleares são fatos que se relacionam com aquele diploma. São perspectivas de maturidade plena e estabilidade econômica futura.

A população ativa prognosticada em trinta e cinco milhões de brasileiros para 1980, cremos, terá condições para um produto Interno Bruto de 125 bilhões de dólares e 20 bilhões de exportações, além de uma renda “per capita” de mil dólares aos 120 milhões de brasileiros.

Prossigamos, portanto, vitoriosamente, em nossa marcha

para a consolidação dos sublimes ideais. Demos ouvidos aos nossos patrícios que participam do planejamento e direção dos assuntos econômicos, sociais e políticos dentre os quais destacamos o nosso conterrâneo mestre universitário José Petrelli, que, entusiasticamente conclama: "estabeleçamos as metas prioritárias das nossas aspirações sociais e econômicas, com o objetivo supremo de erradicar a pobreza, garantir a educação, propiciar mais alimentos ao nosso povo, combater as doenças e endemias, evitar desperdícios, fortalecer a agro-indústria, formar sólido mercado interno e tecnologia adequada às peculiaridades e necessidades sociais e econômicas brasileiras e aumentar a produtividade em todos os setores".

E com o erudito economista concluímos: "Somemos esforços, vontades, ideais, e acreditemos no futuro do Brasil".

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a Sessão Especial em comemoração à Semana da Pátria.

Levanta-se a Sessão.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 607/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5816/75, de 12 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

Art. 1o.— Fica autorizada a Diretoria Geral, a contratar, com um salário mensal de um e meio salário mínimo, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o desenhista JEAN VILLENAVE, para prestar serviços artísticos junto ao Cerimonial desta Assembléia Legislativa.

Art. 2o.— Revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 26 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 608/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 7351/75, de 24 de julho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de SÉRGIO VALÉRIO ANTANUCIO, ocupante do cargo de nível 21, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de um ano, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o decênio compreendido entre 22 de janeiro de 1972, antecipado em razão das férias referentes aos anos de 1964, 1965, 1966, 1967, 1968 e 1971, contadas em dobro e;

II - conceder o acréscimo de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 170, da mesma Lei, a partir

de 22 de junho de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao decênio vencido em 22 de janeiro de 1972, completou 15 anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de quinze por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURICIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO Nº 609/75

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6153/75, de 18 de junho de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

I - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 248, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, ao acervo de serviço público de NILCE MACEDO FIGUEIREDO, ocupante do cargo de nível 30, da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de seis meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 5º quinquênio, vencido em 1º/12/1970, e;

II - concede o adicional de cinco por cento, sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 1º de abril de 1975, data em que, em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio, completou trinta anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 26 de agosto de 1975.

- a) PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO — Presidente
- a) AGUINALDO PEREIRA LIMA — 1º Secretário
- a) MAURÍCIO ROSLINDO FRUET — 2º Secretário.

PORTARIA Nº 478/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 8432, de 26 de agosto de 1975, deste Poder,

R E S O L V E:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, aos funcionários SILVA PEIXOTO GRANDI, Oficial de Administração, PL 19, IVETE HENEQUEM DRANKA, Oficial de Serviços Gerais, PL 18, JÚLIA JULINSKI DE PAULA, Oficial de Serviços Gerais, PL 19, ROGÉRIO NEVES FABIANO NEVES DA CRUZ, Auxiliar de Plenário e Conservação, PL 16, ANGELINA GARCIA PACHECO, Oficial de Administração, PL 19, MARIA ALEXANDRINA MOREIRA PONCIO, Oficial de Administração PL 19, JOSÉ ESTEFANO BRITO WITOSLAWSKI, Oficial Legislativo, PL 21, JOSÉ ELIAS MARTINS, Oficial de Administração, PL 21, NOIR PACHECO, Oficial de Serviços Gerais, PL 22, NADIR DE OLIVEIRA SANTOS, Oficial de Serviços Gerais, PL 20, e pela Portaria nº 233/75, a JAIR DALAGASSA, Oficial Legislativo, PL 18, todos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 29 de agosto de 1975.

- a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral